PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 2

Institui regras excepcionais para pagamento aos estabelecimentos de saúde contratados junto ao SUS Curitiba, em razão da declaração da situação de emergência em saúde pública pela municipalidade como forma de enfrentamento ao Novo Coronavírus - COVID-19

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE CURITIBA, gestora plena do SUS, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Federal 8080/90 art. 18º., inciso XII da Lei Municipal 9000/95 art. 4º., inciso VII e o Decreto Municipal nº. 610/2019 art.4º. e, com base no Protocolo nº 01-043893/2020,

considerando o disciplinado pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 15, inciso XIII, o qual apregoa que para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização.

considerando o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

considerando a Portaria GM/ MS nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus.

considerando a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência do Coronavírus - COVID-19 e a Portaria MS/GM nº 356 de 11 de março de 2020 que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização da Lei MS/GM nº 13.979/2020.

considerando a situação de pandemia pelo coronavírus causador da doença denominada COVID 19, anunciada pela Organização Mundial da Saúde – OMS no dia 03 de março de 2020.

considerando o Decreto Municipal 407 de 13 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

considerando o Decreto Municipal nº 455 de 20 de março de 2020 que estabelece medidas de caráter temporário no âmbito das contratações públicas emergenciais pelo Município de Curitiba, suas autarquias e fundações, nos termos da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Medida Provisória Federal nº 926, de 20 de março de 2020, para o enfrentamento da pandemia da COVID-19.

considerando o teor do Plano de Contingência para Respostas às Emergências em Saúde Pública no Município de Curitiba, que determina ao gestor municipal do SUS providenciar, de forma emergencial, aquisição extra de serviços hospitalares no Município de Curitiba para o atendimento exclusivo e integral dos pacientes com diagnóstico de infecção por Coronavírus - COVID-19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

considerando a Resolução SESA nº 340, de 24 de março de 2020, que estabelece ações para contratação emergencial e institui recursos de custeio para oferta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Retaguarda Clínica para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus – COVID-19, no Estado do Paraná.

considerando a Portaria GM/MS 237 de 18 de março de 2020, que Inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.

considerando a Portaria GM/MS nº 662, de 1º de abril de 2020 que estabelece regras de forma excepcional -para as transferências de recursos do Bloco de Custeio - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC pelo período de 90 (noventa) dias.

considerando a Lei Federal nº 13.992, de 22 de abril de 2020 que suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

considerando o teor do documento intitulado de “Orientação aos Gestores e Prestadores do SUS sobre a Lei Federal nº 13.992, de 22 de abril de 2020” do CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde;

considerando a necessidade de instituir regras excepcionais sobre o pagamento dos estabelecimentos de saúde contratados com Sistema Único de Saúde – SUS Curitiba, no período de março a julho de 2020, conforme estabelecido na Lei Federal nº 13992 de 22 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir regras excepcionais para o pagamento aos estabelecimentos de saúde contratados pelo Sistema Único de Saúde de Curitiba (SUS Curitiba), no período de março a junho de 2020, em razão da declaração da situação de emergência em saúde pública pelo Município de Curitiba como forma de enfrentamento ao Novo Coronavírus - COVID-19, consoante a forma e prazos estabelecidos na presente resolução.

Art. 2º - Fica suspenso por 120 dias, a partir de 01 de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas pactuadas com os estabelecimentos de saúde nos contratos celebrados com a municipalidade e que integram a Rede SUS Curitiba, de forma a garantindo-lhes o pagamento na integralidade da parcela variável.

Parágrafo 1º - Relativamente aos procedimentos de média e alta complexidade, financiados com custeio da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC, os estabelecimentos de saúde compreendidos no caput deste artigo, no mesmo período, perceberão:

a) Pela média de produção aprovada nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde no segundo semestre de 2019 (julho a dezembro de 2019), quando ficar comprovado junto aos ditos sistemas SIA e SIH SUS que a produção realizada na respectiva competência é menor que a média de produção do segundo semestre de 2019.

b) Pelo valor aprovado nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, quando ficar comprovado junto aos ditos sistemas SIA e SIH SUS que a produção realizada na respectiva competência é maior que a média de produção do segundo semestre de 2019.

Parágrafo 2º - Relativamente aos procedimentos estratégicos, financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas Compensações - FAEC, os estabelecimentos de saúde compreendidos no caput deste artigo, no mesmo lapso temporal, perceberão pela média de produção aprovada nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde nos últimos 12 meses, que compreendem o período de março de 2019 a fevereiro de 2020, através dos recursos do bloco de custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar – MAC/FAEC;

Parágrafo 3º - Os estabelecimentos de serviços deverão registrar todos os procedimentos realizados no período em questão, junto aos Sistemas de Informações do Ministério da Saúde (SIA e SIH SUS) para fins de auditoria;

Art. 3º - Os estabelecimentos de saúde hospitalares que não possuam contrato de metas firmados com a municipalidade, bem como os serviços de saúde ambulatoriais perceberão pelos serviços efetivamente prestados na média e alta complexidade e em conformidade com o aprovado no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e Sistema de Informação Ambulatorial (SIA);

Art. 4º - Os estabelecimentos hospitalares que disponibilizarem leitos de UTI tipo II COVID-19 e leitos clínicos/enfermarias, para atendimento integral e exclusivo aos pacientes com quadro clínico suspeito de infecção humana pelo novo Coronavírus ou confirmados da doença, perceberão consoante estabelecido na Tabela SIGTAP SUS e respectivas cláusulas do contrato emergencial celebrado com a municipalidade.

Parágrafo 1º - Constitui requisito específico para o pagamento mencionado no caput deste artigo, a mantença contínua pelo estabelecimento de saúde de:

a) Equipe multiprofissional exclusiva e paramentada com Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

b) Equipamentos de Manutenção da Vida, tais como: respiradores, cardioversores, oxímetros e demais insumos e medicamentos necessários ao tratamento

c) Equipe de limpeza frequente e paramentada com EPI.

Parágrafo 2º - Os leitos de UTI tipo II COVID-19 e os leitos clínicos/enfermarias mencionados no caput desse artigo, deverão ser identificados pelo estabelecimento de saúde junto ao Sistema de Regulação e-Saúde, bem como deverão atualizar a ocupação dos leitos em tempo real, desde a internação até a desocupação do leito.

Art. 5º - As diárias de leitos de UTI tipo II e de leitos clínicos/enfermarias, requisitadas junto aos estabelecimentos de saúde, pelo gestor SUS para o atendimento emergencial dos casos suspeitos e confirmados da COVID-19, serão ressarcidos mediante justa indenização consoante estabelecido no Decreto Municipal nº. 407/2020.

Art. 6º - No período de suspensão das metas contratuais qualitativas e quantitativas, relativamente aos estabelecimentos de saúde, deverão ser mantidas as ações de controle, avaliação, auditoria e monitoramento atinentes às contrações específicas celebradas pelo SUS Curitiba para fins de enfrentamento da situação de emergência em saúde pública pelo Município de Curitiba advinda do Novo Coronavírus - COVID-19.

Art. 7º - Decorrido o prazo de suspensão de obrigatoriedade de cumprimento de metas contratuais quantitativas e qualitativas, estipulado no artigo 1º dessa resolução, o gestor do SUS editará normativa específica para a regulação dessa matéria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal da Saúde, 11 de maio de 2020.

Márcia Cecília Huçulak - Secretária Municipal da Saúde